

AJUSTE DO REAL

Pacote impede 17 Estados de sanear bancos

Para quem não assinou protocolo com BC agora só resta liquidar, privatizar ou transformar instituição

LU AIKO OTTA

para cada Estado, fixando metas para redução de despesa e aumento de receitas, o que é uma tarefa delicada. "Mesmo assim, resolvemos fixar esse prazo", afirmam.

Portanto, 19 Estados precisam correr para concluir seus contratos, se quiserem ter suas dívidas

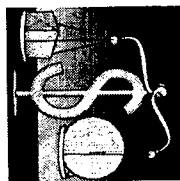
refinanciadas pelo Tesouro Nacional. São eles: Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe. Há

protocolos, como o de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Sergipe, que foram assinados há 25 meses.

A operação toma um conjunto de dívidas com diferentes taxas de juros e prazos e transfere todas para o Tesouro. Este, por sua vez, co-

brará o valor dos Estados, num prazo mais longo — 30 anos, na maioria dos casos — e a uma taxa mais branda, de 6% acima da variação do Índice Geral de Preços (IGP-DI). Em troca, os Estados comprometem-se a cumprir duros programas de ajuste fiscal.

A área técnica da Fazenda tem pressa, porque esses programas dificilmente seriam assinados pelos governadores em ano eleitoral. Depois de assinados os contratos, ainda é necessária a aprovação de seus termos pelas Assembléias Legislativas e pelo Senado.



BRASILIA — Com a edição do pacote fiscal na segunda-feira, 17 governadores perderam a possibilidade de tentar sanear seus bancos estaduais e permanecer com eles. Para eles, agora, só restam as opções de liquidação, privatizá-los ou transformá-los em agência de desenvolvimento. A medida atingiu os Estados que ainda não tinham assinado protocolos com o Banco Central, decidindo o futuro de seus bancos controlados.

Segundo levantamento do Tesouro Nacional, somente Acre, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, Rondônia, Roraima e Rio Grande do Sul haviam assinado protocolos com o BC. Desses Estados, a maioria havia optado por privatização ou transformação em agência de fomento. Só o Baurisul (RS) e o Bandepe (PE) estão em processo de saneamento e o banco pernambucano poderá ou não ser privatizado.

O governo decidiu ainda acelerar a assinatura dos contratos de refinanciamento das dívidas dos Estados com Tesouro Nacional. Até o momento, apenas São Paulo e Mato Grosso transformaram o acordo feito com os técnicos do Ministério da Fazenda em contratos. Os demais só chegaram à fase de assinatura de protocolos de entendimento contendo as linhas básicas da operação. Com o pacote, o prazo máximo para a assinatura de todos os contratos termina em 31 de janeiro de 1998.

"A demora ocorrida até agora é, em grande parte, culpa nossa", admitiu o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Ele explicou que, para fazer os contratos, é necessário antes preparar um programa de ajuste fiscal